

A caminho da Lei 5540/68

MARIA AUXILIADORA NICOLATO

Orientador:

Carlos Roberto J. CURI

Data: 25/04/86

Este estudo pretende retratar a participação de diferentes atores na definição da Reforma Universitária em 1968 e discutir as razões que levaram os governantes do País a assumirem, naquele ano, o controle do processo de reformulação imediata do ensino superior.

Considerando que a participação de docentes e estudantes nos movimentos pró-Reforma foi focalizada por pesquisas anteriores, o estudo centra-se na tentativa de desvendar a evolução da idéia de Reforma no âmbito de órgãos do Executivo, ao mesmo tempo que estabelece o tipo de contribuição dada pelo Congresso Nacional na definição da Lei 5.540. Com esse intuito, é efetuado o levantamento da temática das reuniões nacionais de reitores, dos debates e decisões do Conselho Federal de

Educação e do conteúdo dos relatórios de especialistas e comissões – “Atcon”, “MEC-USAID”, “Meira Mattos” e “CPI do Ensino Superior” – convocados pelo Executivo ou Legislativo a proporem alternativas para a superação dos problemas então enfrentados pelo ensino superior. Complementa esta tarefa uma análise minuciosa das etapas cumpridas na definição do texto da Lei: a proposta do Grupo de Trabalho de Reforma Universitária, formado por decreto presidencial, a tramitação do projeto de lei do Congresso e os vetos impostos pelo Presidente da República ao projeto aprovado pelo Legislativo.

Ao final, a partir da constatação de que a Lei 5.540 consagrou princípios reivindicados por diferentes movimentos pró-Reforma, e que muitos desses

princípios já haviam sido estabelecidos por legislação específica, são discutidas as razões que moveram o governo a propor, como uma medida de impacto e em regime de urgência, a efetivação da Reforma Universitária. As exigências do modelo político-econômico e as necessidades de superação de uma profunda crise política são então avocadas para a demonstração das duas defesas centrais: a) a de que o modelo de organização universitária imposto, ao ampliar o nível interno de centralização do poder, viabilizava o atrelamento das universidades ao estilo de administração pretendido pela tecnoburocracia estatal e b) a de que, ao editar a Reforma, o Governo tentava conquistar o consenso que lhe permitiria superar a crise de hegemonia que abalava a permanência do grupo no poder.

Encontros e Desencontros: a entrada no palco escolar

LEDA BARBOSA MENDES DE OLIVEIRA

Orientadora:

Magda B. SOARES

Data: 27/06/86

Existe uma relação de poder e controle do conhecimento na escola que não favorece o desenvolvimento das crianças de classes trabalhadoras. Há uma descontinuidade entre aprendizagem anterior dessas crianças e experiências selecionadas pela escola. Para descrever e analisar essa realidade, usou-se a pesquisa etnográfica associada a outras metodologias. As relações interpessoais no conjunto contextual, físico histórico-estrutural, o educacional e institucional concretizam-se a partir do processo de

comunicação e, especificamente, das formas lingüísticas, segundo condições de classe social. Há nos primeiros dias de aula um confronto cultural em que crenças, costumes, sentimentos, valores, significados, imagens, conhecimentos se contrapõem numa acentuada relação de poder. Uma classificação e um enquadramento fortes que podem também ser interpretados como focalização garantem o poder e controle do conhecimento por parte dos dominantes, assegurando a manutenção da situação social atual.

Síntese de “múltiplas determinações” contextuais e pessoais, a sala de aula é a grande geradora dessa perpetuação de poder. Ali, a profecia que se muito cumpre está presente reforçando a atitude da professora.

Concluiu-se, ainda, que o conhecimento dessa realidade pode favorecer uma intervenção que venha facilitar o encontro do novo nas contradições do cotidiano escolar, cooperando para que a criança de classe trabalhadora possa vencer a barreira escolar.